



**Reforçando as respostas à Tripla Ameaça na região da África Austral –
aprendendo dos programas de campo no
Malawi, Moçambique e Zâmbia**

**Projecto Conjunto das CW – Concern Worldwide, Oxfam International (OI) e
Rede Regional da Pobreza na África Austral (SARPN)**

Moçambique

1. Contexto

Alguns escritórios da *Concern Worldwide* e da *Oxfam-International* e outras organizações associadas foram visitados em Moçambique entre os dias 9 e 17 de Abril, como fazendo parte de um projecto conjunto sobre o fortalecimento das respostas à Tripla Ameaça de HIV/SIDA, insegurança alimentar e menor capacidade de organização na região da África Austral¹. O projecto consistia de uma mistura de discussões a nível político com organizações, tais como a *Concern*, a União Nacional de Camponeses (UNAC) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) com reuniões in loco, com pessoal de campo correntemente empenhado no desenvolvimento da Província de Manica. O objectivo era debater e documentar as experiências e o conhecimento de médicos empenhados em prestar apoio às comunidades locais, de modo a salvaguardar os meios de subsistência, tendo em conta os factores subjacentes a tão complexa situação.

O que se descreve seguidamente representa alguns dos pontos de observação, partilhados para trazer à liça comentários e debates entre as partes envolvidas. Para começar, foi reconhecido o facto de que a África Austral está a passar por uma crise complexa, de dimensões delicadas e ao mesmo tempo crónicas.

Tendo por exemplo as lições das crises de sobrevivência de 2001-03 e as experiências mais recentes, particularmente aquelas no campo da medicina em campo, torna-se necessária uma estratégia de resposta mais gradativa. Alguns assuntos emergentes de campos tão cruciais como a insegurança na salvaguarda dos meios de subsistência em Moçambique foram agrupados como temas comuns.

2. Breve Perspectiva da Salvaguarda dos Meios de Subsistência na Província de Manica, em Moçambique.

A *Concern Worldwide* funciona em Moçambique desde 1987 através de uma série de intervenções. Inicialmente foi dada ênfase ao auxílio e à reabilitação, que foram gradualmente escalonadas para intervenções a longo prazo nas áreas da educação, meios de subsistência, governação e HIV/SIDA. A *Concern* tem como alvos áreas isoladas em três províncias no país, afectadas por várias por inúmeros choques, tais como as inundações de

¹ Os problemas ligados ao HIV/SIDA, insegurança alimentar e menor capacidade de organização (tripla ameaça) estão a reverter rapidamente os progressos desenvolvidos, deixando as comunidades e sociedades inteiras mais vulneráveis a choques externos, tais como o efeito da seca que atingiu a região na última parte de 2005.

2000, e outras pressões, tais como as mudanças climáticas recentes, que tanto têm afectado a época das chuvas.

A Província de Manica está situada na região centro de Moçambique, fazendo fronteira com o Zimbabué e atravessada por dois grandes corredores de transporte. Os distritos centrais são mais densamente povoados do que os distritos a norte e a sul, que estão mais isolados, menos desenvolvidos e mais vulneráveis a choques externos. A província de Manica espalha-se por três zonas agro-ecológicas com diferenças significativas nas estratégias de protecção dos meios de subsistência, padrões de vulnerabilidade e níveis de pobreza.

Quando se analisam as questões da pobreza e da vulnerabilidade, o Secretariado Técnico da Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) divide a população em sete grupos de subsistência². Os três grupos mais baixos caracterizam-se por agregados que estão completamente dependentes da agricultura, com baixos índices de diversidade de culturas (LG 1-3), por uma percentagem elevada de agregados familiares cujo chefe de família são mulheres (25-37% contra 14-28% para o grupo 4-7) e uma percentagem baixa de alfabetização (40% contra 67%). Agregados familiares mais fortes (grupo 4-7) foram capazes de diversificar as suas estratégias de sobrevivência e estão por isso mais habilitados a expandir as suas possibilidades e enfrentar os desastres cíclicos. A tabela abaixo indicada compara quatro distritos na Província de Manica com áreas circundante, usando a informação da análise de vulnerabilidade de 2004. Demonstra que estas áreas estão piores se comparadas com outros distritos vulneráveis no centro e no sul de Moçambique.

Dados de 2004	LG 1	LG2	LG3	LG 1-3 (total)	LG 4-7	Nível de vulnerabilidade
Área alvo do projecto /Machaze, Guro, Macossa, Tambara)	16.3%	17.2%	21.3%	54.8%	45.2%	1
Área alvo vizinha da área leste – Província de Sofala	8.9%	24.5%	10%	43.4%	56.6%	4
Área alvo vizinha da área norte – Província de Tete	11.4%	13.8%	27.2%	52.4%	46.2%	2
Área alvo vizinha da área sudoeste – Gaza Norte	23.7%	12.9%	9.6%	46.2%	53.8%	3
Área total da análise de vulnerabilidade (42 distritos no centro e sul de Moçambique)	14%	11.5%	12.2%	37.7%	62.3%	

É perfeitamente sabido que o problema do HIV/SIDA vem associado ao da vulnerabilidade da segurança alimentar. Os corredores e os padrões de migração, sobretudo em termos de força laboral migrante para as minas da África do Sul, contribuíram para a propagação do HIV, originando a que Manica se tornasse numa das províncias mais afectadas em termos de níveis de ocorrência com uma média de 20%. Como resultado, nos distritos de Manica onde a *Concern* opera, o HIV/SIDA está a causar frequentes mortes e doença, especialmente nos agregados familiares que usam força laboral migrante como estratégia de subsistência. Contudo, a disponibilidade limitada de dados e a ausência de instalações laboratoriais e de tratamento não permitem a verificação. No entanto, evidência subjectiva da equipa de campo e documentação de investigação³ indicam que num agregado familiar e a nível da comunidade existe um forte impacto da epidemia.

² Projecto de Desenvolvimento do Distrito de Manica (2006), proposta de projecto, Chimoio, Província de Manica.

³ Ver Swennenhuis, J (2005) 'Final evaluation of the Machaze drought mitigation project' (Avaliação final do projecto de mitigação da seca em Machaze) e Roos, E (2006) 'Livelihoods and Coping Mechanisms in Machaze District' (Subsistências e Lidar com Mecanismos no Distrito de Machaze), relatório de investigação não publicado, Concern, Maputo.

A equipa de campo pode constatar que a insuficiência de meios de subsistência em Manica está a aumentar, em termos do número de pessoas afectadas e no seu impacto, nomeadamente em certas áreas onde as chuvas irregulares, a doença e mortes devido à SIDA ocorreram. Um maior número de pessoas procura assegurar a sua subsistência a partir de uma base já diminuta, exacerbada pelos efeitos de uma taxa elevada de HIV/SIDA em adultos que reduz a força laboral do agregado familiar e aumenta os custos dos cuidados de saúde. Um número crescente de pessoas está a adoptar estratégias de subsistência cada vez mais arriscadas que podem esgotar um ou mais recursos para lá da recuperação ou tomar decisões que limitam as opções para o futuro. Isto pode traduzir-se em vendas de gado insustentáveis, roubo ou trabalho sexual para sobreviver. Outra estratégia encontrada foi a retirada das crianças da escola para as terem livres para esquemas do agregado familiar que requeiram força laboral ou para aliviar os custos associados a frequentar a escola (propinas, uniformes, cadernos e livros escolares)⁴ A natureza "erosiva" de uma tal estratégia é a diminuição do estoque de capital humano para opções de sobrevivência futuras.

Em 2005 grandes zonas de Moçambique tiveram quedas de chuva substancialmente inferiores à média anual. Numa região onde as quatro últimas estações agrícolas tiveram colheitas reduzidas, tal facto representou uma tremenda ameaça. De acordo com um estudo conduzido pela SETSAN⁵, embora a produção global de alimentos em Manica tenha sido "levemente afectada pela seca", o distrito de Machaze no sul da província foi onde houve maior impacto⁶. O facto levou a uma ajuda alimentar maior em Machaze (de 6.800 pessoas para 32.900 pessoas). Essencialmente a fundamentação lógica por detrás deste aumento foi o lento desgaste de bens de subsistência com o passar do tempo devido a sucessivas colheitas fracas e o impacto generalizado do HIV/SIDA (com uma estatística oficial a indicar que um em cinco pessoas estavam infectadas com o vírus).

Apesar disso, existe ainda outra perspectiva de conflito. Como resultado de uma falta de entendimento das estratégias de subsistência, a oposição da comunidade tem sido subestimada⁷ e a ajuda alimentar pode estar a contribuir para o enfraquecimento das opções de subsistência.

Facto este que exemplifica um debate regional mais alargado acerca do papel da ajuda alimentar versus abordagens de desenvolvimento a longo prazo. A ajuda alimentar, largamente distribuída através de auxílio, tem provado ser eficaz na poupança de vidas em situações onde a disponibilidade de alimentos falhou. No entanto, deveria ser admitido que falha frequentemente na protecção das pessoas contra a miséria, visto que a ajuda alimentar tende a ser extemporânea, insuficiente e quantas vezes inapropriada, como meio de tratar a fome a médio e longo prazo. Como é criada apenas para alimentar pessoas, o sistema falha em proteger a produtividade dessas pessoas ou em formar uma aptidão construtiva de se alimentarem a eles próprios a longo prazo.

⁴ A idade, os hábitos culturais e a classe social desempenham um enorme papel quanto a retirarem as crianças da escola. Por exemplo, muitas crianças só vão à escola meio-dia e qualquer tarefa para ajudar em casa, como pastar as cabras, é feito na outra metade do dia.

⁵ Com o apoio da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e o Programa Alimentar Mundial (WFP).

⁶ Ver Swennenhuis, J (2005) and Roos, E (2006). Roos reclama que muita gente em Bassane, Machaze, estavam acostumados a ajudar alimentar e a entrevistadores e queriam criar uma ideia de "pobrezinhos" e "esfomeados".

⁷

3. Moçambique: espaço para protecção social

A equipa de campo verificou que os números globais de pessoas que podiam ser consideradas como não tendo meios de subsistência está a aumentar e que a sua capacidade de retomarem a sua vida como dantes, depois de um curto e duro golpe, como a seca, diminuiu. O facto deve-se sobretudo a questões de saúde e da erosão das reservas de subsistência. Reconhecendo as diferentes perspectivas acerca de como responder adequadamente. A Concern continuou a dar importância à educação e à governação, apoiando vários parceiros para desenvolver projectos em Manica. A equipa que foi entrevistada mencionou que, na sua opinião, deveriam deixar de fazer ou promover intervenções de emergência e, em vez disso, prestarem mais atenção a iniciativas a longo prazo, sobretudo de governação. De facto, uma proposta de projecto recente da *Concern* indicava que a ajuda alimentar corroe mais do que apoiou a diversificação das estratégias de subsistência e limitou as opções para a preparação contra eventuais desastres.⁸

A nível da comunidade, a equipa da *Concern* e parceiros acreditam que devem continuar a apoiar a eficácia e relevância da ajuda alimentar, unindo os mecanismos de transferência aos de apoio local, através de organizações implantadas no local. Isto foi considerado como ponto chave para ir ao encontro de compromissos humanitários e de desenvolvimento em Manica; para proteger meios de subsistência e para salvar vidas. A base deste ponto de vista era que o fortalecimento da comunidade (as intervenções almejavam a reforçar o capital social e diversificar os meios de subsistência), através de programas directos de subsistência e os que privilegiam a governação, trariam melhorias tanto a curto como a longo prazo às vidas das pessoas.

Ao reflectir como responder adequadamente às dimensões tanto crónicas como delicadas da situação actual em Manica, a equipa do programa da *Concern Worldwide* e organizações associadas argumentaram que estava claramente demonstrada a necessidade de criar a curto prazo redes de segurança, como transferências de dinheiro, alimentos e bens, para fazer face às necessidades imediatas, mas mostrou também que, a não ser que se referisse a natureza estrutural da insegurança dos meios de subsistência, as comunidades tornar-se-iam cada vez mais vulneráveis a choques de sobrevivência e a pressões e cada vez menos capazes de cuidar de si próprios.

Não surpreendeu ninguém que associados da *Concern*, como a *Magariro* e a *Association Kwaedza Simukai Manica (AKSM)* tenham reforçado o facto de ser necessário dar uma maior ênfase no software de governação e nos assuntos ligados a direitos, sobretudo se se quiser desenvolver uma resposta abrangente à insegurança alimentar. O governo de Moçambique está a facultar exactamente uma conjuntura no âmbito do seu processo de planeamento descentralizado, em que o governo terá maior responsabilidade para com a população, trazendo o planeamento e os serviços para mais próximo das comunidades. Para tal teria de se focalizar na retirada de barreiras estruturais para o desenvolvimento local através de uma ligação governamental maior ao nível dos distritos entre estas áreas e o desenvolvimento, melhorar o serviço público e aumentar o acesso aos mercados.

⁸ Projecto de Desenvolvimento do Distrito de Manica (206), proposta de projecto, Chimoio, Província de Manica.

Embora o governo Moçambicano tenha referido que a protecção social não faz parte presentemente da agenda do desenvolvimento, a descentralização pode fazer com que as entidades oficiais locais e os médicos levantem a questão, como um mecanismo adequado para sustentar a recuperação dos meios de subsistência e a capacidade de recuperação. Dada a realidade da SIDA e outros múltiplos factores de pressão referentes à vulnerabilidade da insegurança alimentar, a completa abordagem ao desenvolvimento pode ter de vir a ser alterada. Quaisquer intervenções deverão sempre contemplar os aspectos do desenvolvimento, do auxílio e da reabilitação, e isso sem mais apoio através de redes de segurança e outras formas de protecção social corrente que não serão suficientes para os mais vulneráveis. É extraordinariamente importante que se trabalhe estrategicamente com o governo, construindo as possibilidades ao nível distrital de modo a ser-se, por um lado, mais responsável para com as obrigações relativamente aos cidadãos e, por outro lado, para as comunidades serem mais pró-activas na articulação e na reclamação dos seus direitos. Em termos de responderem de uma maneira prática a estes direitos, as ONGs desempenham um papel fundamental, auxiliando as comunidades a estruturar e a reclamar os seus direitos e a apoiar o governo no cumprimento dos seus deveres no que diz respeito à segurança dos meios de subsistência.

Sistemas de ligação entre políticas, insegurança alimentar e pobreza são muitas vezes torneados por ONGs internacionais, com o resultado de que muitos debates se tornam despolitizados e tratam, ao invés, de assuntos técnicos. A rápida aceitação do HIV/SIDA como a razão principal das crises de subsistência na África Austral pode quase ser vista como uma narrativa de desenvolvimento em preparação: uma maneira de despolitizar a pobreza, a ineficácia e a incapacidade para que possam ser retratados como um conjunto de problemas técnicos mais fáceis de gerir e que possam ser tratados por agências de desenvolvimento⁹. A *Concern* em Manica está a aceitar este desafio, a usar mudança política e assuntos de governação para escorar uma nova estratégia de desenvolvimento na província.

4. Usando “Capital Político” para facilitar o desenvolvimento

Muitos associados da *Concern* em Manica argumentaram que uma resposta abrangente ao HIV/SIDA e à segurança alimentar implicava deixar os programas de subsistência “tradicionais” e partir para o reino dos direitos e da governação. Os colaboradores do escritório da *Concern* em Manica acharam que estavam a agir correctamente nas áreas das respostas de emergência (foram felicitados pela resposta rápida e eficaz ao terramoto de Machaze, que ocorreu em 23 de Fevereiro de 2006) e meios de sobrevivência, mas acharam que deveriam dar mais valor aos programas dos direitos e da governação.

Trabalhar com uma abordagem assente nos direitos, a focar frequentemente assuntos de governação em volta da prestação de serviços e responsabilidade para a cidadania, requer uma estratégia cuidadosa num país onde o governo recentemente levantou o assunto da legitimidade da INGO em operar em certas partes do país. O governo continua muito interessado em que as INGOs forneçam o “hardware” de escolas, clínicas e tecnologias agrícolas em vez de intervenções orientadas. Alguns associados estavam apreensivos com o facto de que o governo pudesse suspeitar das ONGs quando as comunidades são mobilizadas a propósito dos direitos. Este aspecto foi exemplificado numa experiência recente, quando os membros de uma comunidade recusaram sair das suas terras quando souberam dos seus direitos, ao abrigo da Lei Agrária.

⁹ Ver Paul Harvey (2004), “HIV/AIDS and humanitarian action”, Relatório 16 do Grupo de Investigação de Política Humanitária, Londres, Reino Unido.

Isto ressalta a importância de trabalhar estrategicamente com o governo, construindo a capacidade a nível distrital de ser mais responsável para com os deveres em relação aos cidadãos e proporcionar os direitos necessário. Organizar as comunidades para falarem em seu próprio nome em vez de alguém falar em nome delas é essencial para diluir as alegações de se estar a apoiar “a política da oposição”. Ser persistentes e demonstrar os benefícios de uma abordagem assente nos direitos, em que duas lições chave são identificadas pela Concern e pelos seus associados. Por exemplo, o Presidente visitou há pouco tempo os distritos mais pobres de Moçambique, incluindo dois na província de Manica. Tendo observado as intervenções da Concern em Machaze e Tambara, o Presidente Guebuza elogiou-os veementemente pelo seu trabalho, referindo-se aos seus esforços em construir escolas e outras infra-estruturas, o que abriu desde logo caminho para um diálogo concertado com administradores locais e criando-se o “espaço” para influência.

5. Lei Agrária de Moçambique: uma oportunidade para meios de subsistência sustentados

Outro assunto importante que alguns associados referiram, incluindo a FAO - Organização das NU para a Agricultura e Alimentação e a União Nacional de Camponeses (UNAC), foi a Lei Agrária de Moçambique. Embora a ligação à insegurança alimentar e ao HIV/SIDA possa não parecer muito clara à primeira vista, a Lei Agrária dá importantes oportunidades para que as ONGs facilitem o desenvolvimento económico local em Moçambique.

Segundo o Dr. Chris Tanner, um dos arquitectos da Lei Agrária, a vasta maioria de famílias rurais adquiriram habitualmente direitos de terras, que são agora legalmente reconhecidos como equivalentes ao direito oficial de uso das terras. Quando necessário, esses direitos podem ser provados através de uma análise da gestão de terras local e sistemas de produção, que podem ter como consequência que grandes áreas de terras tenham sido registadas em nome de “comunidades locais”. Com os seus direitos reconhecidos e registados, as comunidades podem depois entrar em negociações com investidores e o estado numa base mais igualitária, firmar acordos que tragam benefícios reais com vista ao desenvolvimento local e assim reduzir a pobreza.

Tais benefícios incluem meios de subsistência mais seguros, cada vez mais importantes num contexto onde existem múltiplas pressões a afectar as comunidades. Estas pressões, tais como a variabilidade do clima com a recente queda de chuva baixa ou inundações, surgem muitas vezes combinados com o HIV/SIDA. Meios de subsistência mais robustos e diversificados permitem às comunidades tornarem-se mais resistentes perante pressões deste género e de diminuir a vulnerabilidade à infecção do vírus do HIV. Por conseguinte, a Lei Agrária pode vir a ser uma oportunidade importante para o desenvolvimento da comunidade por meio de novas alternativas de meios de subsistência que se abrem à medida que evolui a economia local. Através de consultas com investidores, as comunidades podem optar entre manter os seus direitos ou negociar acordos que gerem recursos para o desenvolvimento local.

Discussões com alguns respondentes principais no campo indicaram que a implementação da Lei Agrária tem sido parcial, especialmente com o sector público a negligenciar aspectos da comunidade. Relembrando experiências em Manica, os parceiros da *Concern* reforçaram o facto de que as relações entre novos investidores agrários e as comunidades não eram boas. Em alguns casos porque o estado reconheceu os direitos dos investidores mais do que os direitos da comunidade. Um entendimento contraditório da Lei Agrária foi um



impedimento enorme para que os direitos das comunidades e os seus recursos existentes se tornassem realidade.

Em muitos casos, o mecanismo progressivo de consulta às comunidades está a ser aplicado, mas de um modo que não traz benefícios concretos para as comunidades locais. Por vezes, as consequências não intencionais de rapidamente buscar uma verdadeira consulta e um compromisso por parte da comunidade é susceptível de incendiar conflitos acerca dos recursos durante anos e anos. Outro assunto foi que as comunidades muitas vezes não têm outra opção para usar as suas terras de outros modos. Num contexto de pobreza geral e falta de infra-estruturas sociais, os investidores são quantas vezes a “única” alternativa, quando o governo teve um impacto reduzido em oferecer os serviços essenciais.

Isto está a ser um novo desafio para os parceiros do desenvolvimento em zonas rurais, como Manica: assegurar que os direitos da população sejam protegidos e que a estrutura legal presente seja fortalecida, de modo a permitir meios de subsistência rurais a longo prazo num contexto de justiça social. É igualmente salientada a diferença entre política e prática rural em Moçambique, o que levanta desafios às ONGs e seus parceiros para conseguir perceber a estrutura legal existente, a fim de assegurar que as comunidades são capazes de fazer valer os seus direitos. Uma estrutura legal gradual, como aquela que existe em Moçambique, requer mecanismos para “provocar os direitos da comunidade”, que precisam de ser facilitados pelas organizações da sociedade civil.

O desafio para a *Concern*, a *Oxfam* e os seus parceiros locais é ajudar as comunidades a entender que os seus direitos são privados e exclusivos e que podem dizer “Não” ao investidor, se não quiserem ceder as suas terras. Se estiverem preparados para ceder os seus direitos, deverão ser capazes de negociar com o investidor ou com o estado, na base de um conhecimento real do valor dos seus recursos e do lucro potencial com que o investidor pode contar. Outro grande desafio é a participação das mulheres no processo de consulta, que é manifestamente muito fraco. As mulheres do campo não estão a par dos direitos específicos de que gozam no âmbito da Lei Agrária e do seu cenário constitucional. Em resposta, a *Association Kwaedza Simukai Manica* (AKSM) tem estado a utilizar comissões de gestão da comunidade para discutir a Lei Agrária e para debater preocupações que despontaram. Esta iniciativa surgiu de uma experiência negativa com uma companhia madeireira, cujos direitos foram encarados pelo governo nacional como sendo superiores aos da comunidade. O número maior de incêndios na plantação comercial, alegadamente devidos a fogo posto, fez com que a AKSM entrasse no processo e agisse como mediador entre os investidores e a comunidade. Com o tempo foi restabelecido o nível de confiança, sobretudo à medida que as comunidades fizeram um fórum para que se pudessem apresentar agravos e injustiças.

Outra oportunidade existe no processo de descentralização. Campanhas de sensibilização e aprendizagem de novas competências poderiam ser introduzidas em conjunto, pelo Governo e pelas ONGs, para estudar diferentes opções da posse de terras e uso de terras que pudessem aumentar as oportunidades de diversificar os meios de subsistência (por exemplo, estufas de plantas médicas e nutricionais, eco-turismo, centros agro-florestais para troca de experiências da comunidade, etc).

As leis existentes em Moçambique, como a Lei Agrária, oferecem oportunidades reais para construir a resistência da comunidade, diversificar os meios de subsistência e tornar a população local verdadeiros parceiros no desenvolvimento económico. Como tal, estas leis representam elementos importantes na luta contra o HIV/SIDA e insegurança alimentar.

6. Apoiar os meios de subsistência: Novas abordagens?

A maior parte dos médicos indicou que havia a necessidade de continuar o apoio aos meios de subsistência, em particular reconstruindo a estrutura base e diversificando as opções dos meios de subsistência. Ao salientar várias intervenções, a maioria referiu opções agrícolas, que foram feitas em instituições existentes.

Por exemplo, um relatório de uma investigação recente realçou uma mudança para gado pequeno, como uma opção importante, acessível a todos os agregados familiares.¹⁰ Neste capítulo, a criação de galinhas e cabras, se estiverem disponíveis vacinas, foram classificadas como opções importantes geradoras de rendimentos. Outras alternativas incluíam apoio de colheitas perenes, como o cajú, agro-silvicultura e colheitas resistentes à seca. Alguns parceiros privilegiavam agricultura sustentada baseada em mini-fúndios com ênfase na protecção do solo e fertilizantes orgânicos. Um ponto central na medicina natural e conhecimento local, espalhadas pelas comunidades através de pequenos terrenos com plantas medicinais, foram igualmente considerados cruciais num contexto de aumento da doença. Grande parte da equipa concordou que estes tipos de intervenções eram relevantes, sobretudo num contexto de HIV/SIDA:

A AKSM tem-se preocupado em trazer a tecnologia para Manica. Apoiada pela experiência técnica da Organização de Serviço Voluntário das NU, a AKSM está a oferecer formação em computadores e um café Internet, situado no Corredor da Beira na cidade de Manica. A expressão deliciosa de uma pessoa de mochila às costas rodeada de várias crianças a navegar na Internet foi uma imagem surpreendente: um viajante Americano a conectar-se com a casa dele enquanto os miúdos locais navegavam, explorando uma miríade de novas realidades, ideias e oportunidades. Além de treinar os jovens nas novas tecnologias, que poderiam usar mais tarde na vida, outro ponto central importante do café foi divulgar informação acerca dos produtos locais, ligando a comunidade com os mercados. O espaço criado pelo café permite também à AKSM organizar reuniões de consciencialização sobre HIV/SIDA para gente mais jovem, com a noção de que o Corredor da Beira é provavelmente “a área mais afectada de Moçambique” em termos de HIV/SIDA.

Clubes de poupança são outra iniciativa considerada meritória num contexto de HIV/SIDA. Mais do que programas de créditos, que resultaram numa taxa de incumprimento de 45%, a AKSM introduziu clubes de poupança como uma alternativa sustentada. Estas instituições estavam já a energir em algumas áreas, que a ONG pôde reforçar através de formação adequada e ensinamento de outras experiências. Neste capítulo, o modelo de microfinança da CARE foi adoptado para satisfazer as necessidades locais.

7. Tratamento: A espinha dorsal para lidar com HIV/SIDA?

Uma perspectiva importante obtida da Oxfam-GB em Moçambique foi a um programa que surgiu em Manica sobre o acesso a cuidados de saúde básicos e direitos de reprodução sexual, como sendo a espinha dorsal de uma estratégia para se lidar com o HIV/SIDA. Os

¹⁰ Roos (2006).

Médicos Sem Fronteiras (MSF) tiveram um papel preponderante entre as ONGs na implementação de programas destinados a mostrar que o tratamento é possível em ambientes de pobres recursos e tem benefícios clínicos concretos e efeitos dramáticos nas vidas dos indivíduos e das comunidades a que pertencem. Abordagem esta que reconhece o índice de mortalidade causado pela epidemia como criadora de um imperativo humanitário para agir¹¹. Até à data o apoio a sistemas de saúde na África Austral tem sido comparativamente negligenciado em grande medida porque tal apoio é sinónimo de um desafio de desenvolvimento complexo e a longo prazo – e esses sistemas não são receptivos a respostas humanitárias a curto prazo. Quando a vontade política por parte dos doadores ou das INGOs é acompanhada de consolidação financeira, o fortalecimento dos sistemas dos cuidados de saúde e a vasta disponibilidade de medicinas disponíveis, os países conseguem atingir resultados impressionantes com os seus programas de tratamento contra o HIV/SIDA. No Brasil, por exemplo, o acesso universal a tratamento grátis da SIDA levou a uma redução das mortes por esta doença na ordem dos 54%, entre 1995 e 1999, e as poupanças do governo chegaram aos 472 milhões de dólares entre 1997 e 1999, graças a hospitalizações que se conseguiram evitar e a uma redução no fardo das infecções oportunistas.

A OGB, quando começou a dedicar-se a este repto, seguiu uma linha semelhante à dos MSF embora alargando o cerne da questão para lá do tratamento e dos cuidados de saúde em geral. Em essência, dará mais atenção ao apoio dos sistemas de saúde dos distritos de Machaze e Mossourize, a fim de que os compromissos assumidos pelo governo a acesso universal para cuidados de saúde básicos, incluindo terapia anti-retrovírica, se torne realidade para uma população seriamente afectada pelo HIV/SIDA e outras doenças. O programa assenta numa análise situacional detalhada levada a cabo em 2003, que argumentava que o acesso a serviços básicos é um dado imperativo em Moçambique para que o esforço de desenvolvimento seja eficaz. Em alguns aspectos, isto é semelhante à posição da *Concern*. Existem cinco componentes principais no programa em Manica. Em primeiro lugar, o objectivo é reforçar os Concelhos da SIDA distritais e provinciais por via de apoios financeiros, de maneira a gafrantir uma coordenação efectiva. Em segundo lugar, investigar para tentar perceber o que conduz às infecções do HIV, a fim de desenvolver uma estratégia de mudança comportamental que se mostre capaz. Em terceiro lugar, dar apoio directo aos sistemas de saúde distritais e nacionais através da Aliança Internacional para a Saúde (HAI), que irá fornecer equipamento básico e infra-estruturas de saúde, assim como formação de pessoal médico. Em quarto lugar, será desenvolvida uma iniciativa de cuidados de saúde com base nacional em volta do sistema de saúde, e finalmente será incluído no programa um centro de atenção para órfãos e outras crianças vulneráveis será o garante de uam das categorias mais vulneráveis de pessoas

A OGB desafiou até o seu próprio paradigma de trabalho de desenvolvimento “clássico”, argumentando que se a organização vai de encontro ao seu critério humanitário crucial num contexto em que o HIV/SIDA aumentou os níveis de mortalidade e morbidade, então os cuidados de saúde básicos deveriam formar a espinha dorsal do trabalho de desenvolvimento. O programa de Manica pode, em várias maneiras, levar a OGB a pensar significativamente sobre o HIV e os meios de subsistência.

¹¹ MSF, (2002) “Equitable access: scaling up HIV/AIDS treatment in developing countries”, www.accessmed-msf.org

8. Crédito, Poupança e Fortalecimento do Poder das Mulheres

No que respeita a criar recursos adicionais de rendimento, a muitos agregados familiares rurais faltam as capacidades mais elementares, recursos e acesso a serviços para poderem tomar parte de maneira activa na economia rural. Em particular as mulheres, frequentemente incapazes de participar nas actividades económicas, são um grupo marginalizado. Mesmo quando as competências básicas existem e as mulheres participam de facto em actividades comerciais (muito) pequenas, não têm acesso a serviços financeiros básicos, como poupanças e crédito, que podem tornar essa actividade financeiramente viável.

Os índices crescentes de mulheres afectadas com o vírus do HIV são uma causa de preocupação. Quando combinados com a carga de trabalho crescente que muitas vezes as mulheres têm de assumir para tratar de doentes de SIDA, órfãos e as suas próprias famílias, a situação torna-se insustentável. Por consequência, a ligação entre pobreza, desigualdade entre os sexos e SIDA formam um círculo vicioso, à medida que o impacto do HIV/SIDA arrasta o potencial de desenvolvimento particularmente das mulheres. A ONG Moçambicana Kukula (Associação dos Técnicos e Profissionais em Desenvolvimento Rural) dedicou-se a estas questões, melhorando essencialmente a segurança das mulheres dentro do seu agregado familiar. No norte de Inhambane desenvolveram um programa para sustentar melhores meios de subsistência, transferindo de modo eficiente competências e recursos para mulheres que estão sujeitas a constrangimentos de tempo que estão provavelmente agravados pela epidemia do HIV/SIDA. Este programa implica acima de tudo a criação de clubes de poupança e crédito.

A metodologia do grupo de poupança e crédito é inerentemente participativo. As mulheres criam grupos com funcionários eleitos e operam actividades de poupança e empréstimos. Todo o funcionamento do grupo, os mecanismos de empréstimo, os critérios e as taxas de juros (à volta dos 10%) é totalmente determinado por cada grupo de mulheres. Segundo o pessoal da Kukula e documentação do programa, o sistema de poupança e crédito é uma intervenção que cresce cada vez mais e de maneira mais consistente, com actividades de poupança e empréstimos também em expansão. Como indicação do seu sucesso, algumas mulheres têm mostrado grande vontade em pagar a organizadores locais para as formar nas metodologias que lhes permitam depois formar os grupos e dar-lhes apoio técnico durante um período de seis meses.

À medida que o dinheiro está cada vez mais disponível através de créditos e poupanças, aumenta também a necessidade de formar as pessoas para o negócio. Competências estas que incluem o ser capazes de tomarem melhores decisões, em que tipos de actividade devem investir e como podem alcançar o maior proveito dos recursos disponíveis. Os negócios em que as mulheres tendem a estar ligadas incluem a produção de produtos agrícolas (cajú, amendoim) com culturas resistentes à seca (batata doce e ananaz), costura e carpintaria. Algumas das poupanças são ainda usadas para investimento em propinas escolares e cuidados de saúde e renovações das casas. A maior parte das actividades contribuirão por isso directamente para a salvaguarda da economia dos agregados familiares participantes.

Os clubes de poupança e crédito podem ser igualmente usados para aumentar de maneira mais generalizada a sensibilização e informação sobre o HIV e a SIDA, igualdade entre os sexos e meios de subsistência. Daí que o programa ajude as mulheres a melhorar as suas condições económicas, a reduzir a sua vulnerabilidade e contribua para que a comunidade encontre estratégias e respostas da luta contra o HIV/SIDA.